



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Pregão Eletrônico para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de São Francisco de Paula/RS.

Aos (...) dias do mês de (...) do ano de dois mil e vinte e (...), o **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº ..., com sede administrativa à Avenida Benjamin Constant, 1441, Centro, São Francisco de Paula, RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr Thiago Carniel Teixeira, e a empresa__, inscrita no CNPJ sob o nº __, localizada à Rua __, ____, bairro ____, na cidade de ____, estado do ____, representada neste ato pelo seu proprietário, Senhor ____, nacionalidade, profissão, estado civil, portador da Cédula de Identidade nº ____, inscrito no CPF sob o nº ____, residente e domiciliado à Rua ____, ____, na cidade de ____, estado do ____, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 26/2026, Processo Administrativo nº 594/2026, para Registro de Preços, que julgou proposta deste como mais vantajosa e na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com as cláusulas que seguem.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de São Francisco de Paula/RS.

1.2. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BOMBA DE SUÇÃO, EXTRATORA DE LEITE Tipo: Elétrica, À Vácuo Tipo Diafragma, Portátil, Bivolt. Característica Adicional: Tubo Sucção Silicone, Coletor Formato Anatômico. Componente: Reservatório De Coleta, Certificação do Inmetro, garantia de 12 meses, CATMAT 330161	UN	8		
2	CÂMARA PARA TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO DE VACINAS E MEDICAMENTOS 30 LITROS. Capacidade 30 litros. Gabinete de material termoplástico de alta resistência. Homogeneização de temperatura. Ventilação interna através de microventilador para homogeneização da temperatura. 56A X 63L X 37P (cm) externa. Faixa de Trabalho entre 2°C e 8°C – Travado ao usuário entre 3,5°C a 5,5°C, ou programável pelo operador, com variação de +- 0,1°C. Alarmes para temperatura abaixo de 2°C, temperatura alta acima de 8°C, ou programável pelo operador. Software de gerenciamento que emite relatórios e gráficos de desempenho, inclusive retroativos, permitindo o gerenciamento da câmara via internet. Bateria para manutenção de todas as funções eletro-eletrônicas do equipamento com autonomia para 6 horas. Funcionamento 100/240 VOLTS 50/60 Hz (automático) e 12 VCC (veicular). Rodízios e puxador retrátil tipo mala. Registro na ANVISA e Certificado INMETRO. Garantia: 12 meses. Assistência Técnica e Manutenção preventiva gratuita durante um ano após entrega a ser prestada na unidade de saúde do Município de São Francisco de Paula-RS. Certificação do Inmetro.	UN	2		
3	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR. Estrutura: Chapas De Aço Inoxidável. Gavetas: 04 Gavetas, Sendo A 1ª Com Divisão. Suporte: Suporte para Monitor, Base Giratória. Rodízios: Com rodízios. Características Adicionais 01: Suporte Soro E Cilindro De O2. Acessórios: Tábua De Massagem Cardíaca. Acessórios 01: Extensão Elétrica, Mínimo 5 Metros E Até 7 Plugs. Acessórios 02: Trava De Gavetas Com Lacre. CATMAT 410761. Garantia: 12 meses Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais	UN	4		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

	a serem indicados pelo Município. COTA RESERVADA				
4	CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR. Estrutura: Chapas De Aço Inoxidável. Gavetas: 04 Gavetas, Sendo A 1ª Com Divisão. Suporte: Suporte para Monitor, Base Giratória. Rodízios: Com rodízios. Características Adicionais 01: Suporte Soro E Cilindro De O2. Acessórios: Tábua De Massagem Cardíaca. Acessórios 01: Extensão Elétrica, Mínimo 5 Metros E Até 7 Plugs. Acessórios 02: Trava De Gavetas Com Lacre. CATMAT 410761. Garantia: 12 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município. AMPLA CONCORRÊNCIA	UN	10		
5	DIAPASÃO MÉDICO 128CPS COM FIXADOR Uso Médico Material: Aço Inoxidável Tipo De Análise: Frequência Cerca 128 Hz Componentes 1: C/ Cabo Longo, garantia de 12 meses. CATMAT 466475.	UN	8		
6	ELETROCARDIOGRAFO Aplicação: Adulto E Pediátrico Número De Canais: 12 Tipo Tela Do Console: Tela Cerca De 15 A 17" Com Visor Gráfico Modelo Console: Operação No Console Alimentação: Bivolt Automático E Bateria Recarregável Transferência De Dados: Com Fio Impressora: Com Impressora Integrada, garantia de 12 meses. CATMAT 615390. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município. COTA RESERVADA	UN	2		
7	ELETROCARDIOGRAFO Aplicação: Adulto E Pediátrico Número De Canais: 12 Tipo Tela Do Console: Tela Cerca De 15 A 17" Com Visor Gráfico Modelo Console: Operação No Console Alimentação: Bivolt Automático E Bateria Recarregável Transferência De Dados: Com Fio Impressora: Com Impressora Integrada, garantia de 12 meses. CATMAT 615390. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município. AMPLA CONCORRÊNCIA	UN	6		
8	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO Material: Fibra De Vidro Terminais: 1 Seringa Tríplice, 2 Terminais Borden. Componentes: Terminal Sugador, Reservatório De Água, Pedal. Modelo: Portátil. Componentes Adicionais: Compressor De Ar Embutido E Mangueira De Expurgo. Tensão De Alimentação: 220 V, garantia de 12 meses. CATMAT: 411062. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município	UN	18		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

9	ESPÉCULO DESCARTÁVEL UNIVERSAL PARA OTOSCÓPIO - tamanho 2,5mm com 250 unidades. Espéculo descartável. Não estéril. Espéculo de 2,5mm. Conteúdo da embalagem: 250 espéculos descartáveis; compatível com os Otoscópios: Otoscópio Omni 3000 MD. Otoscópio Heine. Otoscópio Visio 2000 MD c/ Lâmpada Xênon. Otoscópio Visio 2000 MD c/ Lâmpada LED. Otoscópio Mini 3000 Heine Lâmpada XHL. Otoscópio Mini 3000 Heine LED. Otoscópio Mikatos. Otoscópio TARSE. Otoscópio New Wave. Otoscópio Missure. Otoscópio Welch Allyn Pocket Plus. Otoscópio Welch Allyn Pocket Junior. Otoscópio Riester. Otoscópio Limed. Otoscópio Mogi. Otoscópio De Fibra Ótica Em Geral. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA. Garantia: 30 dias.	UN	20		
10	GRUPO GERADOR (8 A 100 KVA) Estacionário à Diesel na potência mínima de 71.0 / 78.0 kVAs (regime de operação contínuo / Stand-By). Possui disjuntor tripolar de proteção mecânica, proteção contra curto circuito, corrente máxima e inversão de fases. Possui painel digital e quadro de transferência automática. Possui sistema de partida elétrica a 12 Vcc e com regulador automático de tensão (AVR)possui alternador com fator de potência 0.8, trifásico, na tensão 220/127 V, 60 Hz, 4 polos, tipo BRUSHLESS, reconectável em 220/380 ou 440v e com acesso ao neutro. Possui motor a diesel a 1.800 RPM, refrigerada água (Radiador), no mínimo 3 cilindros em linha, governador mecânico de velocidade. Possui tanque acoplado na base com autonomia mínima de até 8 horas, em funcionamento contínuo. Possui isolamento acústico com pressão acústica a 7 metros entre 70 a 75 dB(A)Deve acompanhar: sistema de pré-aquecimento e bandeja de contenção de líquidos na base. Certificação do Inmetro. Garantia: 12 a 24 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município. COTA RESERVADA	UN	1		
11	GRUPO GERADOR (8 A 100 KVA) Estacionário à Diesel na potência mínima de 71.0 / 78.0 kVAs (regime de operação contínuo / Stand-By). Possui disjuntor tripolar de proteção mecânica, proteção contra curto circuito, corrente máxima e inversão de fases. Possui painel digital e quadro de transferência automática. Possui sistema de partida elétrica a 12 Vcc e com regulador automático de tensão (AVR)possui alternador com fator de potência 0.8, trifásico, na tensão 220/127 V, 60 Hz, 4 polos, tipo BRUSHLESS, reconectável em 220/380 ou 440v e com acesso ao neutro. Possui motor a diesel a 1.800 RPM, refrigerada água (Radiador), no mínimo 3 cilindros em linha, governador	UN	3		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

	mecânico de velocidade. Possui tanque acoplado na base com autonomia mínima de até 8 horas, em funcionamento contínuo. Possui isolamento acústico com pressão acústica a 7 metros entre 70 a 75 dB(A) Deve acompanhar: sistema de pré-aquecimento e bandeja de contenção de líquidos na base. Certificação do Inmetro. Garantia: 12 a 24 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município. AMPLA CONCORRÊNCIA				
12	GRUPO GERADOR PORTÁTIL (ATÉ 7 KVA) Gerador cabinado a diesel, 4T e refrigerado a ar. Motor de 14HP. 02 Alças para facilitar o transporte. Com 04 rodas, sendo 02 fixas e 2 direcionais com trava. Sistema de partida: Partida Elétrica. Filtro de ar: Duplo elemento. Capacidade MÍNIMA de tanque: 14L. Potência máxima: 7,0 KW/KVA. Potência nominal: 6,5 KW/KVA. Tensão: 110/220V – Bivolt. Frequência: 60Hz. Chave seletora: sim. Carregador de bateria: 12VDC 8A. Tomadas: 2 x 115V / 1 x 22. com garantia mínima de 3 meses fornecida pelo fabricante. Certificação do Inmetro. Garantia: 12 a 24 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município	UN	4		
13	MACA PEDIÁTRICA BALCÃO EM MDF 3 GAVETAS E ESPAÇO PARA BALANÇA - Maca pediátrica balcão para balança. Estrutura reforçada, fácil higienização. Mesa em MDF 15MM Antibacteriano, cor branca. Dimensões: 1,80 cm x 60 cm x 60 - (C X L X A). Altura do estofado: 5 Cm / Colchão 135x60 D-28. Revestimento: Corino Premium preto. Capacidade de Carga Estática: 350 kg. Ferragens: corrediças telescópicas, dobradiças caneco 35mm super alta e puxador de alumínio gola, garantia de 12 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município	Un	8		
14	KIT CARRO DE LIMPEZA (COM MOP). - Especificação Técnica. Cor: Amarelo. Conteúdo da Embalagem: 01 Balde com Espregador, 01 Armação Mop Plano, 01 Cabo de alumínio extensível com 1,40m, 02 Refis Mop Plano, 01 Placa Sinalizadora Compact. Comp. 78 cm. Largura: 40 cm. Altura: 39 cm. Peso: 6,300 kg. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município	UN	8		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

15	KIT PEDAL ACIONADOR ELÉTRICO COM TORNEIRA BICA ALTA - Torneira com acionador de pedal elétrico cinza 220V. Principais Características: Acionamento hands-free para evitar contaminação cruzada. Fácil instalação e operação simples. Controle eficiente do fluxo de água para economia. Design compacto e robusto, ideal para diferentes ambientes. Promove maior higiene e segurança em clínicas, consultórios e laboratórios. Voltagem 220V. Certificação do Inmetro Garantia: 6 meses. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município	UN	18		
16	LANTERNA DE CABEÇA LED RECARREGÁVEL BIVOLT. Material: corpo de plástico ABS. Alimentação: bateria recarregável (tipo lead-acid 4.25V 600mAh) em tomadas de 110 ou 220V. Lâmpada de LED - 13 lumens. Recarregável. Duas fitas elásticas para fixação. Tempo de recarga: 8-10h. Tempo de utilização: 10-15h. Pode ser recarregado mais de 200 vezes. Dimensões aproximadas do produto: 7 x 6.5 x 7cm. Peso aproximado: 184g. Certificação do Inmetro, garantia mínima de 12 meses.	UN	20		
17	REFLETOR ODONTOLÓGICO Material: Tubo De Aço, Pintura Eletrostática Tipo: Monofocal, Luz Branca Fonte De Luz: Led Componentes: Cabeçote Espelho Multifacetado, Protetor Acrílico Tipo Fixação: P/ Acoplar A Cadeira Intensidade: Mais De 2 Intensidades Característica Adicional: Sensor, Comando Pedal Garantia: 12 meses. CATMAT 407825.	UN	18		
18	SUPORTE PAPEL TOALHA COM CHAVE - dispenser de papel toalha interfolhas com chave, ideal para uso público em shoppings, restaurantes, clínicas de saúde entre outros ambientes. Por ser trancado com chave, evita o furto de papel toalha e outros vandalismos. É fabricado em aço inox reforçado de alta qualidade e possui um acabamento polido. Capacidade para 400 a 600 folhas. Acompanha buchas, parafusos e chave. Medidas: 24cm (C) x 24cm (L) x 12,5 cm (P), garantia de 12 meses.	UN	30		
19	SUPORTE PAPEL HIGIÊNICO ROLO GRANDE COM CADEADO. DISPENSER DE PAPEL HIGIÊNICO COM PORTA CADEADO PARA ROLOS DE ATÉ 400 METROS. PRODUTO FABRICADO EM AÇO INOX DE EXCELENTE QUALIDADE INDICADO PARA BANHEIROS PÚBLICOS DE ALTO FLUXO COMO INDÚSTRIAS, SHOPPINGS, RODOVIÁRIAS E VESTIÁRIOS. MODELO REFORÇADO. POSSUI SISTEMA ANTI VANDALISMO QUE EVITA FURTOS POR SER UM PRODUTO REFORÇADO. PROPORCIONA MAIOR ECONOMIA POR UTILIZAR ROLOS DE PAPEL HIGIÊNICO MAIORES PRODUTO DE SIMPLES	Un	30		



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

	INSTALAÇÃO. DIMENSÕES DO PRODUTO 27CM DE ALTURA X 27CM DE LARGURA X 125CM DE PROFUNDIDADE. FABRICADO EM INOX 430, GARANTIA DE 12 MESES.				
20	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR Material: Estrutura Aço, Corpo Poliestireno. Componentes: Cuba Removível, 2 Sugadores, 1 Seringa. Acionamento: Automático. Componentes Adicionais: Terminal P/ Copo. Característica Adicional: Braço Extensor, garantia de 6 meses, CATMAT 407831. Deverá ser entregue e montado pela empresa vencedora diretamente nos locais a serem indicados pelo Município.	UN	18		

1.4. Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços e/ou entrega dos materiais.

1.5. Os itens previstos no Termo de Referência, quando demandados, deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente.

1.6. A empresa contratada deverá garantir a qualidade dos itens entregues, responsabilizando-se pelo cumprimento das especificações técnicas e dos padrões de desempenho e segurança definidos no Termo de Referência e na legislação pertinente.

1.7. Todas as especificações técnicas do objeto estão descritas no Termo de Referência anexo ao edital.

1.8. Por se tratar de Registro de Preço a administração Municipal, em conformidade com o art. 83 da Lei nº 14.133/21, não se obriga a requisitar a totalidade dos materiais licitados, e solicitará os mesmos de acordo com a demanda, podendo por exemplo, ser requisitadas pequenas quantidades semanalmente, para as atividades diárias das secretarias. Logo, as empresas que se fizerem participantes desse ato licitatório deveram ter ciência de que a aquisição se dará de forma fracionada e eventual. Nestes termos, qualquer tentativa de importar um pedido mínimo à Administração por parte do fornecedor seria inconsistente com os termos do edital e, conseqüentemente, ilegal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. Os preços ofertados pelas empresas, signatárias da presente ATA de Registro de Preços, constam da tabela descritiva dos itens, conforme item 1.3 deste instrumento.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a fonte de recursos poderá ser informada no momento da aquisição.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento dos itens eventualmente solicitados, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. A Nota Fiscal/Fatura, emitida pelo fornecedor, deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2. O pagamento será efetuado:

5.2.1. Notas fiscais emitidas pela empresa e recebidas pela secretaria demandante entre os dias **1º e 15, serão pagas no dia 25, subsequente.**

5.2.2. Notas fiscais emitidas pela empresa e recebidas pela secretaria demandante entre os dias **16 e 30 ou, 31, serão pagas no dia 10, subsequente.**

5.3. O pagamento fica condicionado a emissão de documento fiscal idôneo, dentro do mês de competência da despesa, devendo conter no mesmo nº do empenho a que se refere a despesa (um documento fiscal por empenho), assim como, deverão constar todas as retenções a serem efetuadas pelo município, devendo ser evidenciadas as alíquotas aplicadas tanto para IRRF como para o ISS, conforme legislação tributária e constitucional



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

vigente. As notas fiscais deverão ser entregues aos setores demandantes que deverão imediatamente remeter à Secretaria da Fazenda para pagamento.

5.3.1. Empresas optantes do Simples Nacional estão desobrigadas quanto a retenção do Imposto de Renda, no entanto, devem ter retido o ISS (Imposto sobre serviço) sempre que o serviço for prestado no território de São Francisco de Paula, com as alíquotas de enquadramento conforme faturamento e regramento do Simples Nacional.

5.3.2. Já empresas optantes do Lucro Presumido ou Lucro Real deverão ter sempre retidos tanto o Imposto de Renda (em todas as situações, tanto para serviço como material conforme IN RFB 1234/2012) como o Imposto Sobre Serviço, desde que o mesmo seja prestado no território de São Francisco de Paula com as alíquotas previstas no Código Tributário do Município.

5.4. O pagamento sempre será efetuado mediante transferência bancária, em conta constante no Cadastro da empresa, em nome da mesma, observado se pessoa física e/ou jurídica. Poderão ser efetuados pagamentos mediante boletos com códigos de barra, desde que o mesmo apresente os valores líquidas, considerando as retenções devidas, quando for o caso.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILIBRIO DE PREÇOS

6.1. A contratada poderá requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quando ocorrer, de forma comprovada, alteração extraordinária e imprevisível ou derivada de fato superveniente ao pactuado, que cause impacto significativo sobre os custos originalmente assumidos e torne inviável a regular execução do objeto contratado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O pedido deverá ser formalizado junto à Administração, devidamente instruído com documentação comprobatória e justificativa técnica, sendo obrigatoriamente composto pelos elementos descritos nesta cláusula.

6.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro terá como marco inicial a data do seu protocolo junto à Administração.

6.3.1. Caso a contratada já tenha recebido empenho com base nos valores anteriormente pactuados e, até a data do protocolo, não tenha formalizado o pedido de reequilíbrio, deverá executar o objeto conforme os termos do empenho emitido.

6.3.2. A solicitação de reequilíbrio não suspende automaticamente a emissão de novos empenhos. No entanto, a partir da data do protocolo, a Administração poderá, por conveniência e cautela, suspender provisoriamente a emissão de novos empenhos referentes aos itens incluídos no pleito.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

6.3.3. Concluída a análise administrativa, e conforme o resultado do julgamento a Administração adotará as providências cabíveis, podendo realizar a anulação, complementação ou manutenção dos empenhos eventualmente emitidos, em consonância com a decisão proferida.

6.4. O requerimento será submetido à análise técnica, jurídica e econômico-financeira da Administração, podendo ser deferido total ou parcialmente. O reequilíbrio, se reconhecido, será formalizado por termo aditivo e limitar-se-á à revisão dos preços praticados, exclusivamente para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, não implicando alteração de quantitativos ou escopo contratual.

6.5. A simples elevação de preços de mercado não enseja automaticamente o direito à revisão, devendo a contratada comprovar de forma robusta a efetiva onerosidade e a quebra da equação econômico-financeira pactuada.

6.6. Após o protocolo, o requerimento será analisado no prazo de até 30 (trinta) dias, para decisão quanto ao deferimento total, parcial ou indeferimento do pleito:

6.7. Documentos fiscais comparativos

6.7.1. Apresentação de notas fiscais ou comprovantes de aquisição dos insumos e itens relevantes da proposta original (vigentes na data da licitação) e das atuais (vigentes na data do pedido), demonstrando a variação efetiva de preços.

6.8. Comprovação do caráter setorial ou mercadológico do aumento

6.8.1. Documentação que comprove que a elevação dos custos não se limita à relação comercial entre a contratada e seus fornecedores, mas decorre de aumento generalizado no setor de atuação. Podem ser apresentados reportagens ou matérias de veículos de comunicação especializados; boletins ou índices de mercado amplamente reconhecidos; publicações de órgãos públicos ou entidades de classe.

6.8.2. Tais documentos devem evidenciar que o aumento reflete uma realidade de mercado, e não um repasse isolado.

6.9. Demonstração da imprevisibilidade ou da onerosidade excessiva

6.9.1. A contratada deverá demonstrar, de forma objetiva, que a variação dos custos extrapola os limites previsíveis e ordinários do contrato, comprometendo sua viabilidade econômica. Para isso, deve apresentar um comparativo técnico-financeiro entre os valores originalmente praticados e os atuais, com justificativa detalhada sobre a impossibilidade de execução sem prejuízo.

6.10. Planilha de custos analítica atualizada

6.10.1. Anexação de planilha detalhada com os novos custos unitários e globais, correlacionando cada valor alterado aos documentos comprobatórios e criando uma linha histórica de evolução dos custos desde a assinatura da ata até o momento do pedido, com memória de cálculo clara.

6.11. Justificativa jurídica



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

6.11.1. Apresentação de breve fundamentação jurídica, indicando a base legal do pedido e sua aderência aos princípios da Administração Pública, notadamente os da legalidade, economicidade, continuidade do serviço público e equilíbrio contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE FINANCEIRO.

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, em 26 de fevereiro de 2026.

7.2. Após o transcurso do período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, desde que:

- a)** a contratada não tenha dado causa a atrasos contratuais;
- b)** o reajuste seja requerido formalmente pela contratada;
- c)** o índice aplicável seja o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
- d)** o reajuste somente terá efeitos financeiros após o fechamento do período de 12 (doze) meses e a efetiva renovação do contrato, não se aplicando a períodos anteriores à data de início da nova vigência.

7.3. O cálculo do reajuste será realizado após a divulgação oficial do índice IPCA referente ao mês de aniversário da data-base de 12 (doze) meses, vinculado à data do orçamento estimado.

7.4. Considerando que o índice IPCA é divulgado pelo IBGE com defasagem de um mês, não será possível realizar o reajuste no exato momento da renovação da ata, sendo necessário aguardar a publicação oficial do índice relativo ao mês-base correspondente.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajuste dos preços, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA

8.1. O prazo para entrega, após o recebimento da nota de empenho, será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, podendo este ser prorrogado mediante justificativa formal, desde que solicitado pela Contratada e aceito pela Administração.

8.2. O local para entrega será indicado na nota de empenho, sendo a entrega realizada dentro dos limites do Município de São Francisco de Paula/RS.

8.3. Será de inteira responsabilidade da Contratada o transporte dos itens ao local indicado para a sua entrega, bem como no caso de substituição do objeto rejeitado.

8.4. A Administração não efetuará qualquer pagamento antes do recebimento definitivo do objeto.



9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. Recebimento provisório: Os itens serão considerados provisoriamente recebidos no ato de sua entrega, ficando sujeitos à verificação posterior quanto à conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

9.2. Recebimento definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá automaticamente no momento do pagamento, desde que não haja apontamentos da fiscalização quanto à inexecução, inadequação ou não conformidade dos serviços prestados. O pagamento estará condicionado à aceitação final dos materiais conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação do objeto e o atendimento das exigências contratuais.

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações deste documento e solicitar expressamente sua adequação, no prazo acordado.

10.4. Informar à Contratada, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos produtos/serviços contratados.

10.5. Efetuar, no prazo previsto, o pagamento dos serviços executados, desde que a Contratada tenha cumprido todas as obrigações e apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização de pagamento.

10.6. Nomear Gestor e Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

10.7. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

10.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos definidos no certame.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

11.1. A fiscalização do recebimento do objeto deste Termo de Referência ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do artigo 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega destes, e de tudo dar ciência à Administração.

11.2. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

contrato, e não excluirá essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento de todos os materiais, produtos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços e/ou entrega dos materiais.

12.2. **A contratada deverá manter válidos e atualizados, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os requisitos exigidos para sua habilitação, sendo obrigatória a atualização regular de todas as certidões e documentos constantes no Cadastro de Fornecedores do Município, sob pena de suspensão da contratação até a devida regularização.**

12.3. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.4. Atender todas as especificações e orientações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

12.5. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação, que venham a ser solicitados pela Contratante visando propiciar os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante;

12.6. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

12.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.

12.8. Entregar os itens objeto da presente licitação, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no prazo máximo indicado na cláusula oitava, conforme especificações, quantidades e local determinados na Nota de Empenho, acompanhado da respectiva nota fiscal.

12.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

12.11. Indicar um responsável/preposto para manter contato direto com a Contratante.

12.12. A contratada não poderá, em nenhuma hipótese, exigir quantidade mínima de solicitações ou serviços para realizar a execução, estando ciente de que a contratação se dá por Sistema de Registro de Preços e que a demanda será atendida de forma pontual, conforme a necessidade da Administração, nos termos deste Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO.

13.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto.

13.2. Contudo, a subcontratação parcial para atividades acessórias, como logística ou transporte, poderá ser realizada, desde que a contratada mantenha a responsabilidade integral pelo cumprimento do objeto principal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal 2399/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO.

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser extinta:

15.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

15.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da lei nº 14.133/2021.

15.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES.

16.1. É VEDADO À CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES.

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS.

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO.

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO.

20.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco de Paula/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

São Francisco de Paula, xxxx de 2026.

Esta Minuta de Ata de Registro de Preço foi devidamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA